



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2018

Ata n.º 21

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de onze de Dezembro, aditamento de treze de Dezembro e segundo aditamento de 14 de Dezembro, sendo a Mesa Composta por: ----
Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----
Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----
Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----
e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento do concurso público para a ampliação da rede geral de abastecimento de água e rede de águas residuais domésticas - Montes Juntos, pelo valor base de 99.352,61€ + IVA;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento do concurso público para a aquisição de serviços bancários de pagamentos automáticos - para pagamento de serviços via multibanco, pelo valor base de 200.000,00€ + IVA;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento de Ajuste Direto, no regime simplificado, para a aquisição de serviços de seguros pelo período de 01.01.2019 até 09.04.2019, até ao limite de 4.443.15€;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para aquisição de serviços para a produção do evento Paderne Medieval; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU "Construção de passeio pedonal";-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento de aquisição de serviços de manutenção completa das escadas mecânicas da Praça dos Pescadores, até ao limite de 4.999,99€ + Iva;-----



PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao ajuste direto para aquisição de serviços para a produção da Passagem de ano Albufeira 2018/2019 e aquisição de três espetáculos, pelo valor base de 121.005,95€ + IVA;-----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao ajuste direto para aquisição de serviços para a produção do evento Star Parade, pelo valor base de 26.500,00€ + IVA;-----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição do espetáculo do Nilton, no âmbito do evento Solrir, pelo valor de 4.990,00€ + IVA;-----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de apoio da polícia marítima no evento fim de ano, pelo valor de 541,12€;-----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de gestão do trânsito do trânsito no evento Paderne Medieval, pelo valor de 690,54€;-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de locação de equipamento de vídeo para materialização dos espetáculos, no contexto da co - organização do festival de humor Solrir, pelo valor de 2.750€ + IVA;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição do espetáculo "Faz-te Homem", no âmbito do evento Solrir, pelo valor de 4.990€ + IVA;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de comunicação prévia e divulgação do evento Solrir, pelo valor de 4.990€ + IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de transporte de castelo e torres para o evento Paderne Medieval, pelo valor de 1.400€ + IVA;-----



PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao pagamento da taxa relativa à licença para realização do evento Fim de Ano 2018-2019, pelo valor de 1.200€ + IVA;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de apoio dos bombeiros voluntários de Albufeira, no evento Fim de Ano, pelo valor de 5.474€ + IVA;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de apoio d Cruz Vermelha Portuguesa no evento de Fim de Ano, pelo valor de 9.990€;-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de limpeza dos espaços de restauração e das casas de banho para utilização do público, durante o evento Paderne Medieval, pelo valor de 3.180€ + IVA;-----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de locação de material para construção de estruturas de apoio para o evento Paderne Medieval, pelo valor de 4.595€ + IVA;---

PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de apoio integrado no dispositivo da proteção civil, previsto para o evento Fim de Ano, pelo valor de 1.345€ + IVA;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Raquel Carolina Madail Pinto Reis (suplente PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Ana Luisa Sousa Simões (PSD), bem como o Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Dinis Nascimento, e os Secretários das Juntas de Freguesia de Ferreiras - José Estêvão e de Paderne - João Guerreiro. -----



Faltas: Fernando Manuel de Sousa Gregório, João Alexandre Sequeira Jorge da Silva, Helena Maria Palhota Dias Simões, José Manuel da Bota Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Jorge do Carmo e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Raquel Reis, Rui Bernardo, Rui Gago, Ana Luisa Simões, José Estêvão e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. --
Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que as intervenções e toda a sessão será gravada: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Frederica Costa: "Boa noite, tenho um negócio na baixa de Albufeira desde dois mil e cinco, no edifício Albufeira. Tenho uma agência de viagens e alugo apartamentos no edifício Albufeira. Portanto, trabalho com turistas. Tenho vindo a verificar que a baixa de Albufeira está mais triste e este ano mais que nunca. Já tenho clientes que chegam e reclamam que está tudo fechado, perguntam o que se passa em Albufeira, passa-se alguma coisa, vai fechar tudo, não há iluminação. Está uma baixa triste, com simplesmente uma árvore na Praça dos Pescadores. Vem o Natal e a passagem de ano, há grupos de famílias, crianças, não sei o que podemos dar aos turistas na baixa de Albufeira. Fizeram o Snowland aqui, podiam fazer na Praça dos Pescadores, penso eu, que chamava mais clientes para as pessoas que estão a trabalhar. Neste momento há poucas casas a funcionar na baixa de Albufeira, como deve ser do vosso conhecimento. Eu tenho viajado com a APAL, que é a Associação de Promoção de Albufeira, para vários sítios para irmos vender o inverno. E agora ponho-me a pensar, o que é que eu ando a fazer? Ando a gastar dinheiro, porque vou para Paris, vou para Inglaterra, vou para o Canadá, gastar dinheiro para vender inverno. E os clientes vêm no inverno e perguntam o que é que fazem na baixa de Albufeira, está tudo fechado, para onde é que vão. Com que cara é que nós ficamos quando um cliente diz isso? Pretendia saber,



da parte do município, o que é que estão a pensar fazer. Se para o ano isto vai continuar assim, se estão a desleixar a parte da baixa de Albufeira, que é onde diziam que era a capital do turismo, que não se vê ninguém na baixa. Eu desde o dia um de Novembro que não faturei nada no meu escritório e estou lá e trabalho o ano inteiro. E ao meu redor estão duas ou três pessoas abertas, o resto está tudo fechado. A minha pergunta era esta, se para o ano vão continuar na mesma? Se isto vai continuar assim? Se é para fecharmos todos? Se é para fecharmos todos, a gente fecha e a baixa não funciona, não funciona nada. Não sei, eu também tenho o meu negócio, quero pagar as minhas contas, tenho duas funcionárias e tenho o ano inteiro. E tenho de fazer dinheiro para poder pagar as minhas contas e gostaria que me dissessem alguma coisa, para eu saber o que vou fazer para o ano.”-----

António Nóbrega: “Boa noite, não venho pedir nada, não sou o Pai Natal mas venho oferecer o resultado do meu trabalho, de quarenta dias de serviço na Administração Pública dedicados. De que forma este trabalho na Administração Pública foi dedicado? Foi dedicado com as obras que trago aqui para oferecer à Assembleia Municipal. Não sei se têm uma biblioteca ou não, mas de qualquer forma eu gostaria de apresentar as obras que eu realizei e que escrevi e que são todas sobre legislação urbanística anotada, em função, não só do planeamento, mas também da gestão urbanística. É preciso reparar numa coisa, quando os nossos filhos vão à creche o número de lugares de estacionamento, o número de lugares de crianças é estabelecido por regras urbanísticas. Os segundos que aqueles semáforos abrem e quantas viaturas passam para um lado ou para o outro é estabelecido por regras urbanísticas. Quando vamos ao hospital, estamos meia hora a espera, duas horas, tem a ver com regras urbanísticas. É um sustentáculo da vida na sociedade. E eu, como funcionário público, que já não sou, fui promovido ou despromovido a trabalhador, tenho escrito algumas obras. Escrevi uma obra que teve o prefácio do meu amigo Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, que está aqui, legislação urbanística. Depois vou pôr aí, se me permitirem. Tenho outro sobre empreendimentos turísticos, que é este volume, tem toda a legislação sobre empreendimentos turísticos, normas sanitárias, aplicação da lei das autarquias locais, quem é que tem competência para fazer o quê, qual é a competência do Presidente, competência da Assembleia, competência da própria Câmara Municipal. São competências distintas, está aqui, é sobre turismo. Este é de restauração e bebidas, nós temos mais de mil estabelecimentos de restauração e



bebidas. Todas as regras de saúde, de salubridade. Os layouts, as circulações, está tudo neste livro. Regras de segurança contra incêndio, o ruído, que tanto ruído faz em Albufeira. Espetáculos e divertimentos, tem circos, Karaoke, música ao vivo. Penso que cada um dos presentes, para além da participação como membro da Assembleia Municipal, também tem a sua atividade própria, também utiliza isto. Reabilitação urbana, com o prefácio também do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, fez o favor, é meu amigo. Tenho também sobre o licenciamento zero, que tem a ver com as atividades económicas, todas as atividades económicas são envolvidas nesta legislação. Tem a ver com o Código Civil, o alojamento local. O último trabalho que apresentei, este é de licenciamento zero, tem a ver com as atividades económicas, qual é a facilidade que o legislador atribui a cada pessoa, cada iniciativa para se abrir um estabelecimento. Lá está o Simplex, que seria para facilitar, só que nem sempre se facilita. Da penúltima obra que fiz, este livro de contextos de segurança, que é uma associação que é OSCT, "Observatório de Segurança Contra o Terrorismo" e não só. É interessantíssimo, tem a ver com todos os tipos de segurança, segurança rodoviária, marítima, segurança na saúde, segurança alimentar. Parece-me que na Câmara, só a Vereadora Cláudia Guedelha é que tem conhecimento que isto existe. Fiz um trabalho sobre urbanismo e segurança. Deus nos livre que haja um sismo em Albufeira. Porque agora são comunicações prévias, comunicações prévias não têm apreciação, vamos rezar para que não haja nenhum sismo em Albufeira. Isto tem vários trabalhos de especialistas em várias áreas. Eu fui convidado para falar sobre urbanismo e segurança. Também e para oferecer à Assembleia Municipal. O último que foi apresentado recentemente, com o prefácio do meu amigo, senhor Presidente da Câmara, Dr. José Carlos Rolo, é sobre alojamento local. Temos milhares e milhares, cerca de sete mil e quinhentos estabelecimentos de alojamento local. Tem um impacto financeiro de milhões de euros. Ainda agora ouvimos falar, uma munícipe que tem apartamentos, os problemas que isto trás. É o único livro que existe sobre regime jurídico do alojamento local anotado e comentado. Foi apresentado nesta sala, alguns dos senhores estiveram presentes. Também vos quero entregar o meu diploma, foi passado pelo senhor Juiz responsável, Dr. Francisco Mendonça Narciso, responsável pelos serviços do Ministério Público de todo o Algarve. Porque tive de dar formação aos procuradores, que começaram a pedir elementos à Câmara Municipal de Albufeira, que abriu uns processos-crime contra alguns dos técnicos. Foi obrigado a abrir, então os juízes começaram a pedir elementos



e depois através do Juiz responsável eu tive que dar, pediram-me que desse formação na área de urbanismo e ordenamento do território e fui dar formação aos Juizes. Portanto, queria deixar isto, como oferta para a biblioteca. E sobre este aspeto da formação aos procuradores, depois se quiserem mais informações eu posso dar sobre aquilo que se passou. São situações que, de facto, merecem ser pensadas e ponderadas. Queria deixar esta oferta, não sou Pai Natal, não tenho barbas brancas nem o cabelo comprido nem estou vestido de vermelho, mas quero deixar-vos esta lembrança e dizer que vou voltar aqui à Assembleia e vou trazer mais pormenores e mais situações que interessam. Ainda ontem ouvimos na televisão, a Assembleia tem determinadas competências e aos cidadãos cabe vir à Assembleia, participar e dizer de sua justiça e exigir, de certa forma, que penso que os membros da Assembleia também estão aqui para dar atenção às exigências e aquilo que a população precisa. Queria pedir desculpa, eu não tenho de pedir desculpa porque é um ato de cidadania o que estou aqui a fazer, mas estou a ocupar o vosso tempo e queria deixar aqui os meus trabalhos. Queria dizer que alteraram o regulamento de organização dos serviços municipais da Câmara, isso é um outro assunto que pode ser tratado noutra altura. O que queria deixar muito claro e muito certo, se dez por cento dos trabalhadores da Administração Pública tivessem metade do trabalho publicado que eu tenho e tenho mais de dez mil horas de formação dada no país inteiro, dei formação à ASAE. Todos os agentes da ASAE foram a uma formação realizada por mim no país inteiro e nos Açores em videoconferência. Dei formação aos senhores procuradores, vou dando formação pelo país fora, porque eu gosto de partilhar aquilo que eu aprendo, sou um funcionário que gosta de aprender, gosta de trabalhar e gosta de partilhar com os outros colegas e gosta de partilhar com a população. Estes livros só dão trabalho, não dão absolutamente mais nada, são livros efémeros, o legislador está sempre a produzir legislação e eu não gosto de ter os livros com a legislação desatualizada. De maneira que quando muda a legislação eu recolho os livros e volto a fazer outro. Se dez por cento dos trabalhadores, não tenho nada contra os meus colegas, gosto muito deles, por isso é que também me esforço para dar formação e publicar artigos. Se dez por cento tivesse metade das publicações que eu tenho feito, penso que a Administração Pública funcionaria de forma diferente. Porque é uma maneira de desburocratizar e de simplificar, ensinar às pessoas o que é que devem fazer. Isso nunca foi reconhecido, nem é reconhecido. No último livro, o senhor Presidente, meu amigo, Dr.º José Carlos Rolo, fez o favor de fazer o prefácio,



mas de tudo o resto nada vale. Eu vim uma vez a uma Assembleia dizer que concorri para um lugar de dirigente e ganhou outro dirigente, que a única coisa que tinha escrito na vida foi um anúncio para vender um iate, porque tinha dois. No entanto foi ele que ganhou, isto é para vos dizer que escrever não serve de muito, mas eu gosto de cumprir aquilo que a minha consciência determina e sempre em prol do interesse público.”-----

Ana Marques: “Boa noite, tenho um comércio na baixa de Albufeira desde mil novecentos e noventa e sete. Vim falar do problema que se passa em Albufeira, todos os anos, mas este ano está muito pior que os outros anos. Realmente, este ano fechou tudo, os únicos que estão abertos são os pequenos comércios, como eu. Que é triste, porque não conseguimos sobreviver assim. A baixa de Albufeira vive exclusivamente do turismo e no inverno não temos nenhuma oferta para eles. Ou seja, está tudo direcionado para o verão e no inverno fecha tudo. O sentimento que nós temos neste momento é, que nos sentimos completamente abandonados. Não há luzes, não há nada, logo que começa a escurecer, toda a gente tem medo de andar pelas ruas, porque realmente está tudo escuro. Uma época natalícia que não se sente na baixa, absolutamente nada. Nos outros anos, pelo menos punham as luzes nas ruas, sempre dava um ar mais agradável à cidade. A cidade tem um aspeto completamente triste, ainda hoje falei com alguns residentes, mesmo da baixa e eles têm o mesmo sentimento. Toda a gente tem o mesmo sentimento lá em baixo, ou seja, sentem-se muito entristados de ver a cidade de Albufeira como ela está neste momento. Nós que vivemos do turismo, no inverno, como vamos fazer para o ano? Se fechamos todos, vocês imaginem esta cidade, com todo o comércio fechado, os bares, os restaurantes, que a maior parte agora fecham, a cidade morre completamente no inverno. Acho que não é do interesse de ninguém de isto acontecer. Neste caso nós estamos ali a fazer nada, todos os dias não há absolutamente ninguém, os poucos que vêm chegam ali e dizem-nos, isto está tudo fechado o que é que vamos fazer, porquê que viemos para aqui. De ano para ano menos pessoas vêm, porque vêm um ano e já sabem que para o ano não vêm passar o Natal, porque não há nenhuma oferta, não há nenhuma animação, este ano nem luzes temos nas ruas. Venho questionar, saber qual é o projeto, o que é que podemos fazer, o que é que podemos resolver e tentar combater mais esta sazonalidade e se calhar criar um consenso com todos os comerciantes, os bares, os restaurantes, para ter mais qualquer coisa aberta durante o inverno. Para ver se



damos uma dinâmica à cidade de Albufeira, que também precisa de viver no inverno, porque há muitos destinos, como em Espanha, cidades à beira mar, têm uma vida, tanto no verão como no inverno. Não estou a dizer que vai vir tantas pessoas no inverno como no verão, obviamente, mas há um turismo de inverno, porque nós temos um tempo excecional aqui no Algarve, maior parte do tempo é sol, tem passeios lindos e este turismo do inverno já não vem só para os bares, vem também para conhecer a cultura portuguesa, vem também para descobrir a região do Algarve. E esta oferta nós podemos dar a eles, é uma questão de falar, de conversar e ver quais são os projetos que nós podemos fazer, todos em conjunto, acho que deve ser um conjunto, falar sobre isto. Este ano, acho que infelizmente já é tarde, só se meterem algumas luzinhas, só para animar um bocadinho a baixa, mas pelo menos para o ano que vem, podemos todos conversar e ver o que podemos fazer para animar esta baixa, para toda a gente poder viver, seja verão ou inverno.”-----

Sandra Cruz: “Boa noite, também tenho na baixa um negócio, desde dois mil e oito e como a minha vizinha acabou de dizer, ano a ano vamos sentindo uma queda no turismo, no inverno, na baixa de Albufeira. Porém, como a Frederica disse, estamos a cada ano a perder muito, muito, muito, na baixa. Não sabemos realmente qual é o motivo que tem levado a isso, se é do departamento do turismo, se é falta de divulgação do Algarve. Estamos sentindo muito a falta de um aconchego para nós, os pequenos empreendedores que trabalham o ano todo e no entanto se não temos turismo, ou se tivermos um turismo muito diferente de todos os anos a qual, realmente às vezes conseguimos trabalhar no verão, mas chega no inverno temos uma reserva, este ano não temos, porque a coisa começou muito mal desde o começo do ano. Sentimos a diferença na classe do turismo, sentimos muito essa diferença. No meu ver, acho que o mais importante é vender o Algarve, vender Albufeira, como é a capital do turismo, é linda, a baixa de Albufeira é maravilhosa, a nossa praia, o acesso é muito fácil para os visitantes, principalmente para a terceira idade, no inverno. Acho que algo tem de ser feito. Como brasileira e portuguesa, posso dizer que de experiência de conhecer cidades como Albufeira que trabalhamos só no verão, com o passar dos anos a cidade pode vir a ter decadência no turismo no verão também. Porque isso vai se refletindo. Eu e o meu marido estamos cá desde dois mil e sete e já venho ouvido falar que vem caindo o turismo e ainda se ia fazendo alguma coisa. Mas este ano acredito, que para nós, quem trabalha na baixa de Albufeira afetou, desde o maior até ao pequeno. Temos



de rever essa situação, para no próximo ano que não aconteça. Se termos de ser notificados se é para realmente fechar o negócio, porque estarmos ali, das dez da manhã até às seis da tarde, sem termos clientes, sem termos turismo, sem termos nada é quase insuportável estarmos ali semanas e semanas e tudo muito escuro. Acaba nos dando um certo receio de estarmos ali após as seis horas da tarde, porque não temos turismo, não temos vigilância, não temos iluminação e é uma situação que penso que tem de ser revista, porque do contrário não sei o que vai acontecer connosco. Vamos pensar nos pequenos empreendedores também. Porque um país, um estado, uma cidade vive dos grandes e dos pequenos. Às vezes nós, os pequenos que estamos ali, podemos não ser grande coisa, mas estamos ali, é o nosso meio de sobrevivência. Não temos condições de ter um negócio grande, temos um negócio pequeno para o nosso sustento. Mas se continuar do jeito que está como é que vamos fazer? E Albufeira é linda, seja a parte nova, seja a parte velha, é muito bonita e é muito prático, muito conveniente para o turismo da terceira idade no inverno. Mas onde estão eles? É falta de divulgação? É falta de convite? É falta de informação do Algarve? Porque se calhar estamos sendo egoístas de olhar só a nossa situação, porque há muitas outras coisas que têm de ser feitas, mas cada um vai lutar pelo seu direito. Nós estamos aqui porque realmente estamos sentindo que está muito complicado nos manter no mercado do jeito que está."-----

Telma Afonso: "Nós temos um negócio de família na baixa de Albufeira, desde mil novecentos e setenta e seis e a razão da minha presença aqui hoje prende-se pelo facto da baixa estar completamente abandonada. Ponto número um, não há segurança, ponto número dois, a luz, não há luminosidade à noite, não se vê ninguém. Ponto número três, só existem bares e restaurantes. Ou seja, nós que estamos lá na baixa e que vivemos do comércio tradicional, que é para isso que nós lá estamos, não existem qualquer tipo de casas que chamem, falo por mim, tenho os meus vizinhos. Mas na minha rua, vai chegar o mês de Janeiro e vou estar eu, a Frederica e está a garrafeira aberta e a Baron, de resto toda a gente fecha. Não sei até que ponto é que vocês podem intervir, mas uma baixa cheia de restaurantes e de lojas de chineses e de bares, é óbvio que as pessoas que aqui vivem não vão lá para baixo. As licenças são atribuídas por vós. OK, pode haver vários bares, vários restaurantes, mas tem que haver, como existe em qualquer outras cidades, outro tipo de negócio. Podem ir para lá lojas de tecidos, podem ir para lá lojas de têxteis lar, podem ir lojas de pronto a



vestir, tem que haver outro tipo de comércio para puxar o residente lá para baixo. Falando nas festas de verão, vem os meses de verão, todas as festas são feitas lá em baixo. Porquê que estas pequenas festas de Natal ou Pascoa não vão lá para baixo? Se já somos tão poucos, porquê que não chamam as pessoas lá para baixo? Isso parte de vocês, não é de nós munícipes. Eu tenho uma porta aberta com oito pessoas, eu não me posso dar ao luxo, como eu vejo a maioria das pessoas ao meu lado, trabalhar cinco meses e estarem fechados sete meses ou trabalharem seis meses e estarem fechados outros seis meses. Isto não pode ser assim. Ok, querem fechar, podem-me dizer que na restauração há mais perdas, Ok. Mas que seja uma coisa dividida por entre todos. Agora, pessoas chegarem lá em baixo, como nós vemos e quererem comer. Ainda a semana passada, um grupo gigantesco de espanhóis foi-se embora, não havia sítios para comer praticamente. Isto não pode ser assim e isso parte de vocês, Câmara, é para isso que nós votamos em vocês. Porque acreditamos que vocês nos podem ajudar nesse sentido. Não se pode dar ao luxo, qualquer dia é tipo uma "Islantilha " que fecha de inverno e abre de verão, não pode. Isto não pode acontecer, vocês têm de dar o exemplo, têm de ir, têm de fazer compras, têm que aparecer mais vezes, para nós nos sentirmos apoiados. Eu falo por mim, não sei o que os meus colegas da baixa poderão dizer. Não vejo ninguém chegar à altura do Natal e ir à minha loja comprar um pijama, um jogo de cama, o quer que seja. É a vossa presença, onde é que está esse exemplo? Faz-me um bocado de confusão, este tipo de situações. A segurança é outro ponto que acho que é fundamental. Eu fecho a porta às seis e meia da tarde, se eu não tiver o meu irmão, às vezes tenho medo de ir para cima sozinha. Não vejo GNR a passar, iluminação. Não estou a falar de iluminação de Natal, estou a falar de iluminação de rua. A Avenida Vinte e Cinco de Abril é uma rua sem luz, onde? Quando? Não pode. Só pode ter luz de verão? Tenho de arranjar dinheiro para pagar a quem trabalha comigo de verão e de inverno. Portanto, parte de vocês, município, ajudarem-nos a nós. Para nós podermos cumprir com as nossas obrigações para convosco. Se não qualquer dia a gente fecha e depois como é? Eu tenho oito famílias na minha casa para sustentar, porque tenho que lhes pagar, eles dependem do meu trabalho, mas eu também dependo da vossa ajuda. Isto é uma bola de neve muito grande. Têm que se juntar, temos que falar, têm que ir lá em baixo, saber quais são as nossas preocupações, o que é que nos incomoda. Não é nós quando temos um problema temos que vir aqui ao município. Ok, eu sei que são todos altamente atarefados e acredito que dão o vosso melhor, mas no meu



sentido sinto-me, às vezes um bocado desamparada e os meus vizinhos da baixam, toda a gente. Aquilo não há ninguém lá em baixo, desde quando é que uma cidade tem mil restaurantes e tem uma ou duas lojas de pronto a vestir? Não sei, quem é que passa as licenças? É o município. Ok, então, se já temos não sei quantos restaurantes, vai uma loja de outra coisa qualquer que não seja, comidas e bebidas ou chineses ou monhés. Mas que chame pessoas lá para baixo, é nesse sentido que eu falo, que isso é importante. Vamos a Faro, Portimão ou Loulé e há lojas de tudo, dos chineses, dos japoneses, mas há comércio de rua, não pode ser só bares e restaurantes. É porque depois ninguém vai, eu também não ia. É básico. Tenho dito, não sei se me podem ajudar nesse sentido, se nos podem ajudar agradeço que o façam para nós podermos continuar. Porque senão fica toda a gente com a corda no pescoço. Porque ninguém, à parte da restauração está aberto seis meses e fecha outros seis. As outras lojas todas, está tudo aberto, o ano inteiro, é sinal que a gente não fatura assim tanto. Então venham de lá vocês nos ajudar. Com certeza que há de haver uma série de comércios a quererem abrir na baixa sem ser bares e restaurantes e gelatarias. Há coisas diferentes e isso, parte de vocês. E arranjam incentivos para nos ajudarem, arranjam forma de chamar as pessoas lá para baixo.”-----

Presidente da Câmara: “As intervenções foram todas, exceto uma, mais ou menos dentro do mesmo parâmetro, A Frederica, D. Ana Marques, D. Sandra e a Telma, à exceção do Dr. António Nóbrega, que foi uma versão completamente diferenciada. Em termos genéricos, destas quatro intervenções, foi relativamente à questão de estar quase tudo fechado, iluminação pública muito fraca, no inverno quase não há ninguém, alguns falaram em insegurança. Quero dizer que, relativamente àquilo que está a acontecer este ano, ainda que possa haver algum aumento de estabelecimentos fechados, no fundo é um processo que tem vindo, já há alguns anos a esta parte, tem acontecido e cada vez que vamos andando mais para a frente, se não se fizer nada, tem toda a razão, para o ano estarão ainda mais fechados. E alguns até poderão ser fechados, em alguns dos vossos casos, por outra razão e não pela razão que realiza muito dinheiro durante o verão, mas pela razão que não conseguem estar abertos todo o ano. A Câmara Municipal, com certeza que para o próximo ano e estando previsto alguns períodos de substituição dos pavimentos de toda aquela zona que está tudo partido e tem que ser remodelado, tem que ser por setores e não tudo ao mesmo tempo. Tem de ser conversado com os senhores todos, independentemente de serem



de restauração e bebidas ou de outro tipo de comércio, porque são vocês que estão lá o dia todo e à noite estariam os outros. Nessa circunstância da substituição da parte dos pavimentos, está também previsto a substituição e a colocação de luminárias completamente diferentes daquelas que lá estão. Aquelas que lá estão foi o resultado do programa Polis, que não foi muito feliz nessas circunstâncias, mas de qualquer das maneiras, está previsto. Evidentemente que não será só, isto não chegará para que para o próximo ano, ou daqui a dois anos ter tudo aberto, no inverno. Isso é difícil de vir a acontecer. De qualquer das maneiras, penso que, a partir do princípio do ano que vem, teremos de começar, e quando digo que teremos de começar, não é só a Câmara que tem de fazer isto, tem de ser a Câmara em colaboração, com os vossos conselhos, com a vossa ajuda. Vão ter de ser chamados, são os atores principais, são as principais testemunhas de toda esta situação. São se calhar as pessoas que vão falando umas com as outras e até com os próprios residentes, que também já não são muitos, vão falando com os próprios turistas que chegam ali e não vêm nada. Pode haver, ou não, sugestões da vossa parte. A questão da iluminação de Natal, colocar mais iluminação ou menos iluminação, no vosso caso, dos vossos comércios, a iluminação de Natal só se vê à noite, não se vê de dia. De dia estar lá aquilo ou não, é praticamente inócuo, é neutro. Havendo só à noite, à noite já vocês têm os comércios fechados, portanto, as pessoas se fossem para lá ver a iluminação de Natal com certeza que não iriam aos vossos estabelecimentos. O principal, penso eu, que era tentar conseguir que houvesse muito mais estabelecimentos abertos, evidentemente, haver alguma animação e outros aspetos que possamos em conjunto chegar a uma conclusão. Garantidamente, no próximo ano teremos de ter um plano de ação, ou algumas atividades, ações que possam minimizar as questões. Pode ser estudado em termos de planeamento, conforme a Telma disse à pouco, em termos de condicionar a questão do licenciamento de alguns estabelecimentos, dentro da legalidade, dentro dos planos existentes, ou até alterando os planos existentes. Porque realmente, torna-se dramático, eu próprio ao passar lá à noite não se vê praticamente ninguém. É bom que se diga, e eu sou testemunha disso também. É aquilo que posso dizer neste momento, não posso dizer que este ano vamos fazer seja aquilo que for, não é em tempo útil, mas no próximo ano temos de fazer alguma coisa, logo a partir do princípio do ano, para que no inverno tenhamos já qualquer coisa em funcionamento. É isto que posso dizer e qualquer dia



vão ser chamados para umas reuniões para ver se conseguimos discutir e debater esse tipo de assuntos, simultaneamente e em conjunto.”-----

Frederica Costa: “Só precisava de saber, em relação à luzes de Natal, o ano passado a Avenida Vinte e Cinco de Abril foi toda iluminada, este ano não foi porquê? Qual foi a razão?”-----

Presidente da Câmara: “Não há razão propriamente dita, foi algum lapso, com certeza, dos técnicos que organizaram isso, falhou, passou.”-----

Frederica Costa: “Sem luzes, vão fazer a passagem do ano ali e aquilo não tem luz. Se não formos nós a dar luz à rua, não há luz em Albufeira.”-----

Miguel Clemente: “Boa noite a todos, visto que a Assembleia hoje foi às sete e trinta, quando encerrarem eu gostaria de convidar todos os membros desta Assembleia a dar uma passagem pela baixa de Albufeira. Para terem a sensibilidade do que é que se passa na realidade. Uma chamada de atenção, que ouvi aqui, na parte do senhor Presidente, ao nível do centro histórico de Albufeira, é uma das zonas com maior densidade populacional do concelho, nos censos de dois mil e onze. Sendo que, um estudo feito, apresentado e aprovado em reunião de Câmara, de mobilidade, esse estudo e esses números estão lá específicos, sobre o centro histórico. E o que é que engloba o centro histórico e ao nível de quilómetro quadrado por habitante. Se quiser poderá consultar, deve ter consultado o processo, deve saber o que é que se passa naquela baixa. Ao nível do turismo, o que é que se está a passar? Uma coisa muito simples, temos tudo direcionado ao nível da parte privada e pública, para o verão. Sendo que, nós todos temos de combater a sazonalidade. Como é que a parte pública e o que está a desenvolver perante os planos que possa ter para o futuro, para combater essa situação? Quem está encerrado, encerra porque tem hipóteses de encerrar. Quem está aberto não tem hipóteses de encerrar, senão também teriam encerrado. O que se pergunta é uma coisa muito simples, será que, com os apoios que esta Câmara tem dado à APAL, para promover o turismo lá fora, para o ano todo, para o turismo de caminhadas, nós temos os hotéis, que estão abertos, com uma taxa de ocupação superior a cinquenta por cento. Onde é que estão esses clientes? Esses clientes quando passam pela baixa de Albufeira, simplesmente passam pela baixa e saem de lá. Não há condições nenhuma naquela baixa. Sendo que, ao nível do turismo e podemos ver em todos os concelhos próximos do nosso, como no país todo, como no estrangeiro, grandes apostas das cidades vocacionadas para o turismo, estão nos centros



históricos. Do coração parte-se depois para as outras artérias. Este executivo e os anos que têm passado todos até agora, nós temos visto a baixa de Albufeira a decair, ano após ano. É isso que, penso que estas pessoas que aqui estão todas querem dizer, é a decadência que temos sentido ano após ano. E precisamos de a parar, rapidamente, senão temos um problema global. Um problema global que se vai pôr no verão, que este verão já está as estatísticas que vamos ter uma quebra grave no turismo. Se não começamos a combater, mais grave vai-se tornar para todos nós."-----

Presidente da Câmara: "A resposta foi aquilo que disse, de forma muito genérica, mas não deixa de ser uma resposta. Agradeço as recomendações."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, nem intervenções no período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento do concurso público para a ampliação da rede geral de abastecimento de água e rede de águas residuais domésticas - Montes Juntos, pelo valor base de 99.352,61€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Senhor Presidente, a minha intervenção não tem a ver com o ponto em si, ou com o fundo da questão relativa a este ponto, mas tem a ver de facto, com uma declaração de voto que iremos apresentar e que servirá para todos os outros pontos. Entendemos que de facto, estas questões, são questões que deveriam vir à Assembleia, mas em tempo oportuno e já fizemos essa referência na última Assembleia. Nesse sentido iremos abstermo-nos neste ponto e nos outros e iremos apresentar, então, uma declaração de voto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Raquel Madail, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne-----

Votos a favor: treze (13): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Bernardo, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho e Ana Luisa Simões.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Francisco Oliveira apresenta e lê declaração de voto. (Doc. 1 anexo a esta ata) -----

Presidente da Assembleia: "Não posso deixar de dar resposta porque foi colocado à consideração de todos os membros e todos se calaram. Como tal, acho indigno esta declaração de voto naquilo que diz respeito à minha parte pessoal. Porque, se não temos pugnado pelo prazo, e foi só esta, e foi dado comunicação e como tal, faço a proposta imediata, de remoção de todos os pontos para marcação de uma nova Assembleia Municipal. Vamos colocar a votação a remoção de todos os pontos para remarcação da Assembleia, dentro dos prazos dos oito dias."-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Raquel Madail, Rui Bernardo, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Ana Luisa Simões, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

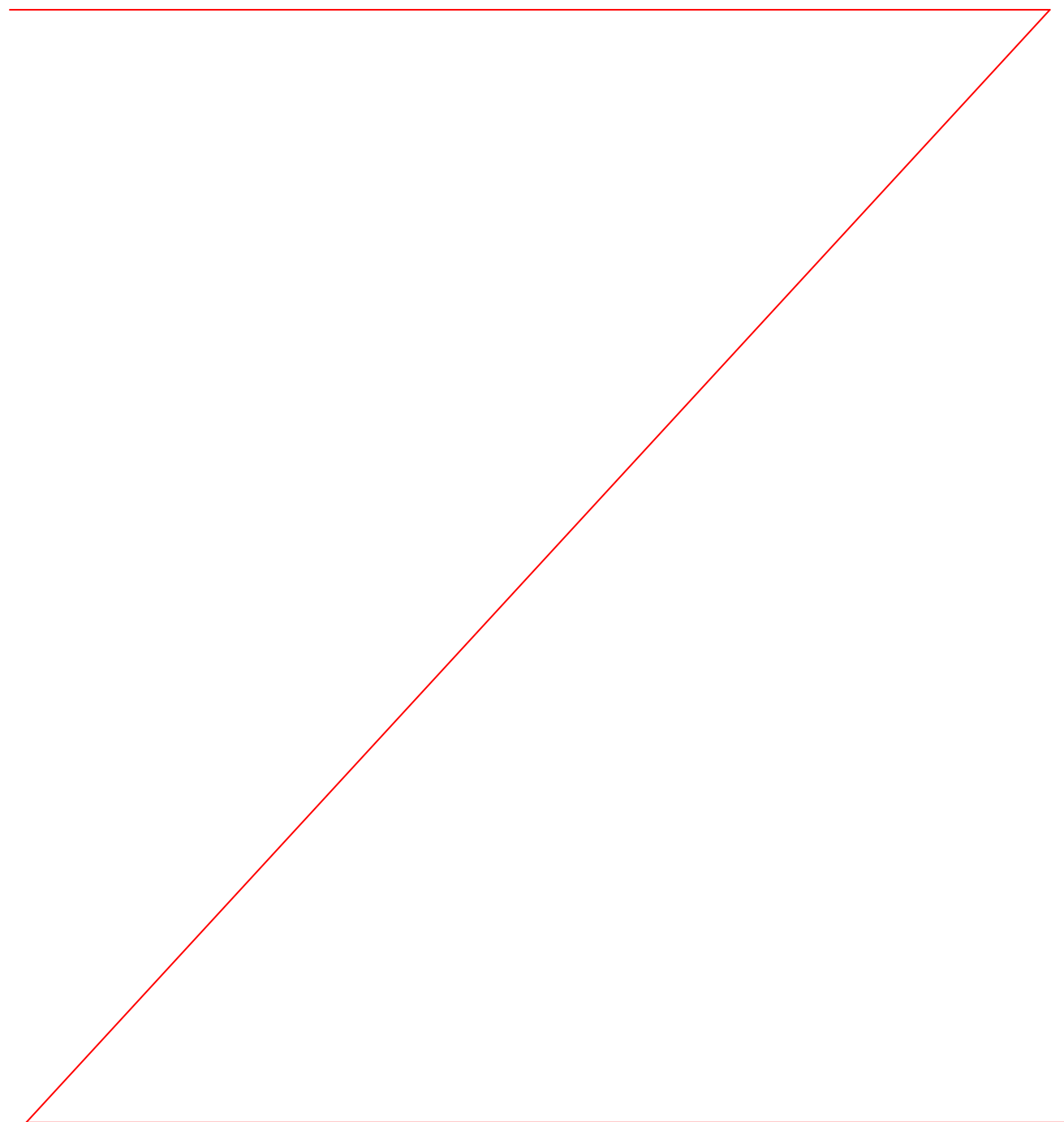
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 20:40 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 18 de Dezembro de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira, vem apresentar uma declaração de voto referente a todos os pontos da ordem de trabalhos da sessão extraordinária realizada no dia 18/12/2018, o que faz nos termos seguintes:

1. Foi agendada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal uma Assembleia para o dia 18/12/2018, tendo a ordem de trabalhos inicial com 3 pontos sido enviada no dia 11/12/2018.
2. Posteriormente, foi remetido um primeiro aditamento, em 13/12/2018, com mais 2 pontos, mas sem a documentação suporte.
3. Posteriormente, no mesmo dia, foi enviado um segundo aditamento, perfazendo um total de 21 pontos.
4. Acontece que a documentação dos últimos pontos chegou somente no dia 14/12/2018.
5. Nenhuma das convocatórias foi enviada com o prazo mínimo constante do regimento, sendo que alguns dos pontos envolvem verbas avultadas, sobre as quais aos membros é solicitado que deliberem.
6. Infelizmente, nas últimas sessões da Assembleia Municipal tem sido regra o envio da documentação fora do prazo definido regimentalmente.
7. Trata-se, pois, de uma prática que deixou de ter carácter excepcional, o que não pode ser admitido pelos membros desta Assembleia Municipal.
8. Esta actuação espelha a forma como é gerida o município, ou melhor dizendo, como o mesmo não é gerido, contando infelizmente com o beneplácito do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que não pugna pela defesa dos direitos dos membros desta Assembleia.
9. Face ao exposto, o Grupo parlamentar do Partido Socialista, não perdendo de vista o seu sentido de responsabilidade, por entender que se tratam essencialmente de despesas necessárias à “Festa de Fim de Ano”, tão importante para Albufeira, irá



abster-se em todas as votações, uma vez que não foi concedido o tempo mínimo necessário para análise dos referidos pontos.

Esta tomada de posição é uma forma de protesto pela evidente desconsideração para com os deputados municipais, referindo-se, desde já, que todas e quaisquer situações semelhantes que ocorram no futuro terão o voto contra do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista